



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

6.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021

SESSÃO CONSTITUTIVA DO PARLAMENTO INFANTO-JUVENIL

Presidente: Alex Boa Esperança

Secretária: Janilze Trigueiros

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Após a leitura da Acta de Apuramento Geral, procedeu-se à tomada de posse dos Deputados da II Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil.

Seguiram-se os discursos do Presidente Eleito do Parlamento Infanto-juvenil (Alex Boa Esperança), da Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP (Aleina Sousa), da Representante Adjunta da UNICEF (Neusa Carvalho) e de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional (Delfim Neves).

Passou-se ao debate sobre «Violência e Abuso Sexual de Menores», tendo intervindo os deputados Fidel da Costa Pereira (Lobata),

Riquelme Lopes Pinto Moreno (Lembá), Raquel dos Ramos (Região Autónoma do Príncipe), Daniel Leal das Neves (Escola Portuguesa), Patrícia da Trindade Moreira (Mé-Zóchi), Inilde dos Ramos da Trindade Filipe (Cantagalo), Carlos Alberto de Ceita (Água Grande), Enilse Chantre Gonçalves dos Ramos (Lobata), Anderson Carvalho (Mé-Zóchi), Eclison Margarido Garrido (Fundação da Criança e Juventude) e Wilcinia Vila Nova da Trindade (Associação dos Surdos).

Por último, procedeu-se à leitura das recomendações.

O Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 40 minutos.

O **Presidente** (Alex Boa Esperança): — Caras e Caros Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Deputados:

Distrito de Água Grande:

Anira Leal
Bráulio Jesus Costa Ramos Gué
Carlos Alberto de Ceita
Celyne Fernandes da Graça Andrade
Érica Correia da Silva
Gilmara Oliveira
Letícia Afonso Neto dos Santos Ferreira
Marta Sousa do Espírito Santo
Rafaela Lopes Jesus Costa
Regiane Spencer Quaresma Bete
Rogério dos Anjos Nobre de Carvalho
Sílvio de Barros Quaresma Veloso

Distrito de Mé-Zóchi:

Adriana Boa Morte do Nascimento Luís
Anderson Carvalho Dias Alves Faleiro
Beatriz da Graça do Espírito Santo
Denise dos Ramos Trovoadá
Francielle Costa Leite de Almeida
Iracelma Bonfim Fernandes Carvalho Diogo
Janilze de Oliveira Viegas da Silva Trigueiros
Patrícia da Trindade Moreira
Samuel de Alcântara Vaz Felipe
Sidney da Silva Andrade Pereira

Distrito de Lobata:

Angélica Cravid
António dos Santos Lima
Enilse Chantre Gonçalves dos Ramos
Fidel da Costa Pereira
Jediel Pires da Trindade

Distrito de Lembá:

Gennifer Roseira Sanchez Moniz
Geremias Correia Gomes Fonseca
Marluce Rodrigues Fernandes
Riquelme Lopes Pinto Moreno
Tonilson Aguiar Furtado

Distrito de Cantagalo:

Akaiisa Tileiny da Silva
Alex do Espírito Santo de Boa Esperança
Délia Fortes D'Almeida Pinheiro
Inilde dos Ramos da Trindade Filipe
Mariva Salvador de Ceita Riôa
Vânia Gomes Ferreira

Distrito de Caué:

Ana Ceutónia Mendes Azevedo
Diana Vaz dos Santos Tavares
Elves Riôa
Liliana Fernandes Tavares

Região Autónoma do Príncipe:

Danila Pereira Eusébio

Jucenito de Barros Raposo Leal Pinto
Olímpio de Apresentação Campos Albergaria
Raquiel dos Ramos
Tércio Lopes da Cunha Leal

Federação das Organizações Não-Governamentais (FONG-STP):

Daniel Leal das Neves
Dayane de Oliveira Fortes
Eclison Margarido Garrido
Edson de Boa Esperança Garcia
Eliandro Quaresma Boa Morte
Júlio de Oliveira dos Santos Neto
Leila D'Alva
Wilsinia Vila Nova da Trindade

O **Presidente**: — Excelentíssimos Srs. Deputados e Técnicos da Assembleia Nacional, Caros Colegas Deputados do Parlamento Infanto-juvenil, Excelentíssima Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Excelentíssima Sra. Representante Adjunta da UNICEF, Srs. Presidentes das Câmaras Distritais, Srs. Delegados Distritais da Educação, Srs. Professores e demais convidados, a todos, muito bom dia.

Sejam todos bem-vindos à 1.^a Sessão da II Legislatura do Parlamento Infanto-Juvenil e quero desejar que os trabalhos desta sessão possam decorrer da melhor forma possível.

Vamos dar início à nossa sessão solene, com o empossamento de novos Deputados eleitos ao Parlamento Infanto-Juvenil, momento em que cada deputado eleito irá prestar o seu compromisso de honra.

Sendo assim, peço à Secretária da Mesa que proceda à leitura da Acta do Apuramento Geral.

Pausa.

Queria desculpar-me porque na introdução me esqueci de saudar o Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo.

E antes de prosseguirmos, vamos fazer uma pausa, para recebermos o Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

Pausa para a entrada do Sr. Presidente da Assembleia Nacional na Sala.

Agora, peço à Secretária da Mesa para proceder à leitura da Acta do Apuramento Geral.

A **Secretária** (Janilze Trigueiros): — Muito bom dia a todos.

Passo agora à leitura da «Acta do Apuramento-Geral das eleições de candidatos a Deputados para o Parlamento Infanto-Juvenil da Assembleia Nacional, aos 9 de Junho de 2021.

I. Introdução.

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte e um, pelas nove horas, na Sala do Plenário da Assembleia Nacional, reuniu-se a 3.^a Comissão Especializada Permanente, para apurar os resultados das eleições dos jovens deputados, eleitos no passado dia nove de Junho do ano dois mil e vinte e um para o Parlamento Infanto-Juvenil.

Para o êxito dos trabalhos, a Comissão teve como base as actas de apuramento das eleições fornecidas pelas delegações de educação distritais, da Região Autónoma do Príncipe, da Escola Portuguesa e da Federação das Organizações não-governamentais, os respectivos modelos de apresentação de candidaturas, os editais, as actas das assembleias de voto, assim como as declarações de autorização dos pais e encarregados de educação, previstas no artigo 8.º do Regulamento Eleitoral do Parlamento Infanto-Juvenil.

II. Constatações.

Compulsando o processo e os demais elementos de base acima referidos, ali inclusos, a Comissão constatou a regularidade formal da atribuição dos mandatos aos candidatos eleitos, sendo possível apurar a seguinte lista dos candidatos eleitos, organizada sob os nomes dos Distritos que os apresentaram ao sufrágio, por ordem alfabética dos Deputados, com indicação do respectivo distrito, atribuindo-se a cada Deputado um número de ordem geral.

Distrito de Água Grande: Anira Leal, Arnaldécio Vera Cruz dos Santos e Silva, Bráulio Jesus Costa Ramos Gué, Carlos Alberto de Ceita, Celyne Fernandes da Graça Andrade, Daniel Leal das Neves, Erica Correia da Silva, Gilmar Oliveira, Leila d'Alva, Marta Sousa do Espírito Santo, Rafaela Lopes Jesus Costa, Regiane Spencer Quaresma Bete, Rogério dos Anjos Nobre de Carvalho, Sílvio de Barros Quaresma Veloso.

Distrito de Mé-Zóchi: Adriana Boa Morte do Nascimento Luís, Anderson Carvalho Dias Alves Faleiro, Beatriz da Graça do Espírito Santo, Denise dos Santos Trovoada, Francielle Costa Leite de Almeida, Iracelma Bonfim Fernandes Carvalho Diogo, Janilze de Oliveira Viegas da Silva Trigueiros, Patrícia da Trindade Moreira, Samuel de Alcântara Vaz Filipe, Sidney da Silva Andrade Pereira.

Distrito de Lobata: António dos Santos Lima, Angélica Cravid, Enilse Chantre Gonçalves dos Ramos, Fidel da Costa Pereira, Jediel Pires da Trindade.

Distrito de Lembá: Geremias Correia Gomes Fonseca, Gennifer Roseira Sanches Moniz, Marluce Rodrigues Fernandes, Riquelme Lopes Pinto Moreno, Tonilson Aguiar Furtado.

Distrito de Cantagalo: Alex do Espírito Santo de Boa Esperança, Akaisa Tileiny da Silva, Délia Fortes d'Almeida Pinheiro, Inilde Filipe, Mariva Salvador de Ceita Riôa, Vânia Gomes Ferreira.

Distrito de Caué: Ana Ceutónia Mendes Azevedo, Diana Vaz dos Santos Tavares, Elves Riôa, Liliana Fernandes Tavares.

Região Autónoma do Príncipe: Danila Pereira Eusébio, Jucenito de Barros Raposo Leal Pinto, Raquiel dos Ramos, Télcio Lopes da Cunha Leal, Olímpio de Apresentação Campos Albergaria.

Federação das Organizações Não-Governamentais (FONG-STP): Eliandro Quaresma Boa Morte (ARCAR), Edson da Boa Esperança Garcias (Fundação Novo Futuro), Eclison Margarido Garrido (Fundação Criança e Juventude), Dayane de Oliveira Fortes (Associação dos Deficientes de São Tomé e Príncipe – ADSTP), Júlio de Oliveira dos Santos Neto (Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe – ACSTP), Wilcinia Vila Nova da Trindade (Associação dos Surdos e Mudos de São Tomé e Príncipe).

A Comissão dos Assuntos Sociais, Educação, Saúde, Juventude e Desporto, em São Tomé, aos 25 de Junho de 2021.

O Presidente da Comissão, *José António Miguel*.

A Secretária, *Anaidy Ferreira*.»

O **Presidente**: — Muito obrigado, Secretária.

De seguida, cada Deputado eleito vai prestar o compromisso de honra. Basicamente é ler o que está no papel.

Tem a palavra o Sr. Carmelito Rodrigues, Técnico de Apoio ao Plenário e às Comissões.

O Sr. **Técnico de Apoio ao Plenário e às Comissões** (Carmelito Rodrigues): — Bom dia a todos.

Agora, passo a ler «O termo de Juramento dos Deputados ao Parlamento Infanto-Juvenil da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Aos 25 dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte e um, reuniram-se no Anfiteatro do Palácio dos Congressos, no decorrer da Sessão Constitutiva do Parlamento Infanto-Juvenil, que se realiza nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Regimento deste parlamento, após a proclamação dos Deputados eleitos e cumprida a verificação de validade da eleição dos mesmos, prestaram juramento legal, nos termos do artigo 11.º do Regimento do Parlamento Infanto-Juvenil em vigor, os seguintes Deputados:»

Prestaram juramento nos termos constitucionais do Parlamento Infanto-Juvenil: «Juro, por minha honra, cumprir e fazer cumprir os regulamentos e Regimento do Parlamento Infanto-Juvenil e o espírito que norteou a sua institucionalização.»

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, já assinado pelo empossado e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou».

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Prestados os compromissos de honra por todos os Deputados eleitos, declaro constituído o Parlamento Infanto-Juvenil 2021/2023.

Aplausos gerais.

De seguida, vou fazer um breve discurso.

«Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssima Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Excelentíssimo Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Excelentíssimo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados à Assembleia Nacional, Excelências, Excelentíssima Sra. Representante Adjunta da UNICEF, Excelentíssimo Sr. Secretário-geral da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Presidentes de Câmaras Distritais e do Governo Regional, Caras e Caros Deputados Infanto-Juvenis, Caros Professores e Técnicos da Assembleia Nacional e demais presentes, muito bom dia.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença de todos, bem como agradecer também por todo o esforço realizado por cada um dos presentes para que se tornasse possível a realização, no dia de hoje, desta sessão especial do Parlamento Infanto-Juvenil.

Gostaria, em segundo lugar, de agradecer aos colegas pela confiança depositada em mim, para ser o Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil.

Disse um sábio, «com grandes poderes vêm grandes responsabilidades». Espero estar à altura de cumprir com as responsabilidades que me são confiadas e desempenhar com todo zelo e dedicação esta função e contribuir, de forma significativa, para o engrandecimento do Parlamento Infanto-Juvenil de São Tomé e Príncipe.

Quero deixar também uma mensagem de encorajamento a todos os colegas Deputados Infanto-Juvenis ora eleitos e augurar que, apesar do contexto da pandemia em que estamos a viver, possamos ter uma Legislatura de muito trabalho e realizações e que possam vir a contribuir de forma muito significativa para o bem-estar das crianças e jovens do nosso país e atingirmos os objectivos que nortearam a criação do Parlamento Infanto-Juvenil.

Às crianças e jovens de São Tomé e Príncipe, uma mensagem de esperança.

Gostaria ainda de, em meu nome e em nome dos meus colegas, agradecer a todos os parceiros do Parlamento Infanto-Juvenil, nomeadamente a Assembleia Nacional, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Ministério da Educação e Ensino Superior, as Câmaras Distritais, o Governo Regional, a Federação das Organizações não-Governamentais (FONG), a Escola Portuguesa, a Televisão São-tomense, a Rádio Nacional e a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram e têm contribuído para o fortalecimento do Parlamento Infanto-Juvenil.

Um bem-haja a todos e muito obrigado.»

De seguida, convido a Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP, para fazer o seu discurso.

A Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP (Aleina Sousa): — Muito obrigada e bom dia a todos.

«Permita-me cumprimentar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência o Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Sua Excelência o Presidente da 3.ª Comissão e demais Srs. Deputados, Sua Excelência Presidentes das Câmaras Distritais, Sua Excelência a Representante da UNICEF, Caros Deputados Infanto-Juvenis.

Primeiramente, vou apresentar-me. Sou Aleina Sousa, Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP, ex-Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil e quero agradecer o convite para participar em mais uma sessão do Parlamento Infanto-Juvenil.

Caros Deputados Infanto-Juvenis, quero passar a mensagem de encorajamento a todos vocês. Sei bem como é chegar pela primeira vez ao Parlamento Infanto-Juvenil e achar tudo novo e estranho. É uma sensação! Cada um de nós tem que ver a responsabilidade que está a carregar agora, principalmente porque cada um aqui está a representar o seu distrito, a representar os jovens. Então, espero que tenham em mente esta responsabilidade que vocês têm em mãos. Qualquer acto que fizermos, vão dizer: ah, são deputados do Parlamento Infanto-Juvenil.

O Parlamento Infanto-Juvenil significa muita coisa, principalmente na divulgação das vozes das crianças.

Desculpa por não ter parabenizado, logo no início, o deputado eleito Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil. Aproveito para o felicitar e encorajar. Como Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP, pode contar com a minha disponibilidade, se for necessária.

Como sabemos, estamos a viver um momento de crise por causa da Covid-19, então, não se pôde fazer muitas actividades, tanto o Parlamento da CPLP, como o Infanto-Juvenil, apenas contactos através das redes sociais.

Não tenho muito mais para dizer, apenas encorajar e agradecer o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, o Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, os nossos parceiros, que sempre foram a Assembleia Nacional, a UNICEF e algumas outras organizações. Em especial a Dra. Neusa, que sempre nos apoiou. Aconselho desde já que para qualquer coisa que necessitarem, contactem-na, que é uma pessoa que vos vai ajudar muito.

O Parlamento serviu muito para o meu crescimento. Quando fui eleita, também ficava nervosa, quando vinha para aqui, e era uma confusão. O Parlamento dá-nos mais responsabilidades.

Não tenho mais nada para dizer, o dia é de vocês.

Muito obrigada e um bem-haja a todos!»

Aplausos gerais.

O Presidente (Alex Boa Esperança): — Muito obrigado, Presidente.

De seguida, convido a Sra. Representante Adjunta da UNICEF.

A Sra. Representante Adjunta da UNICEF (Neusa Carvalho): — «Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência o Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, em

representação também do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sua Excelência a Ministra da Educação e Ensino Superior, Excelentíssimos Senhores Presidentes das Comissões da Assembleia Nacional, assim como os Deputados, Excelentíssimos Técnicos da Assembleia Nacional e Directores da Função Pública, Cara Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP, Caros Deputados Infanto-Juvenil Nacional, Minhas Senhoras e Meus Senhores, bom dia a todos.

É com imenso prazer que tomo a palavra nesta cerimónia de empossamento dos 55 Infanto-Deputados da nossa Nação, na sua II Legislatura.

Gostaria de começar por felicitar e agradecer de forma calorosa e bastante emocionada, em primeiro lugar, a toda a equipa da Assembleia Nacional, pelo excelente trabalho e liderança em todo o processo, para que este acto pudesse ter lugar.

Aproveito igualmente para felicitar os demais presentes, ressaltando as crianças, adolescentes e jovens, pela forma serena e responsável com que agiram, principalmente antes de ontem, tendo em conta alguns imprevistos.

Os meus agradecimentos são extensivos ao Ministério da Educação e Ensino Superior, à FONG, à ACASTEP, ADASTEP, ARCAR, à Escola Portuguesa e aos meus colegas da UNICEF, pela entrega e empenho.

Estamos no mês de Junho, o mês da criança, em que se celebra duas datas extremamente importantes para as nossas crianças: o 1 de Junho, dia Internacional da Criança, e 16 de Junho, dia da Criança Africana, facto que torna esta eleição e empossamento dos Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, neste mês da criança, ainda mais especial.

Como sabeis, UNICEF é o Fundo das Nações Unidas para a Infância, tem como mandato a promoção e implementação da Convenção dos Direitos da Criança, que foi ratificada por São Tomé e Príncipe desde 1989.

São Tomé e Príncipe, como país signatário desta Convenção, orgulha-se dos ganhos obtidos ao longo destes anos em áreas cruciais para o desenvolvimento integral da criança, como a educação, saúde, a protecção e, sobretudo, a participação.

A realização deste parlamento Infanto-Juvenil é a expressão mais evidente do esforço para garantir o direito das crianças, jovens e adolescentes de exprimirem livremente as suas opiniões sobre os assuntos que lhes dizem respeito, ou de compartilharem livremente o que aprendem, pensam e sentem, conforme rezam os artigos 12.º, 13.º e 14.º desta mesma Convenção.

Contudo, ainda persistem imensos desafios, com particular realce para as altas taxas de gravidez precoce ou na adolescência, o abandono escolar, especialmente no Ensino Secundário, por parte das raparigas e rapazes, tendo como principal causa, nas meninas, a gravidez precoce e, nos rapazes, o trabalho infantil.

Com a remoção do decreto-lei que impedia as adolescentes grávidas de continuarem a frequentar o ensino diurno, com os seus colegas, garantiu-se desta feita que as raparigas tivessem mais oportunidade para terminar os seus estudos, evitando a pobreza intra-geracional e, ao mesmo tempo, promover a igualdade e equidade de género. Estão desta feita criadas as condições mínimas para a diminuição da taxa de abandono escolar, assim como da gravidez na adolescência.

De acordo com os resultados e evidências de inquéritos realizados como o inquérito MIX, em 2019, tivemos uma redução da taxa da gravidez precoce, ou seja, em 2014, tínhamos 27,3% das discentes a engravidarem e, em 2019, passamos a ter 21,9%, o que já representa uma evolução, já representa um sucesso. É preciso que não tenhamos nenhuma adolescente grávida.

Eu gostaria de apelar aos pais e encarregados de educação, assim como aos professores para a responsabilidade que lhes cabe enquanto cuidadores, orientadores e conselheiros dos seus educandos, no seu papel fundamental, no acompanhamento e maior atenção para as crianças, adolescentes e jovens, com o foco nos mais vulneráveis e aqueles com necessidades especiais, para não abandonarem a escola, para não engravidarem e para se afastarem dos problemas que afectam este público.

Não vamos esconder nem punir as nossas crianças, por não as termos protegido e educado correctamente, para que pudessem atingir o seu potencial máximo.

Outras preocupações não menos grave, como o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas e várias formas de violência, entre as quais o abuso sexual de menores, que será debatido neste fórum, constituem as grandes preocupações que merecem a nossa especial atenção.

A adolescência é um período de várias transformações, mas também a aquisição de muitos conhecimentos; costuma-se dizer que a segunda janela de oportunidade é aquela em que as crianças têm mais capacidade para a aprendizagem. Por isso, é a partir daí que vós, adolescentes e jovens deputados, precisais desenvolver as vossas competências técnicas, no entanto, também as vossas competências sócio emocionais, conhecidas como competências para a vida. Munidos dessas competências para a vida, estarão melhor posicionados para saberem quem são, conhecer o próprio corpo e conhecer a vossa personalidade, saber onde querem ir, definir os objectivos, que é de extrema importância, traçar metas, saber negociar e resistir a pressões dos seus pares e saber como chegar ao vosso objectivo, saber negociar, ser resilientes, sendo cooperantes com os outros, e ser cada dia mais pro activos. Engravidar,

abandonar a escola ou não evitar situações de risco também é vossa responsabilidade. Por isso, sejam responsáveis e ajudem os adultos a cuidarem melhor de vós. Além de direitos, vocês têm deveres.

Caros deputados e deputadas do Parlamento Infanto-Juvenil, caros presentes, UNICEF congratula-se com o papel que até então vós tendes desempenhado, desde a institucionalização deste Parlamento em 2017, com a I Legislatura, não podendo deixar de enaltecer o excelente trabalho realizado pela Aleina Sousa, ex-Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil e actual Presidente do Parlamento Juvenil da CPLP, aqui presente, e os demais infanto-deputados.

Orgulhamo-nos ao ver esta Sala cheia de pessoas de várias áreas, demonstrando que estamos todos de acordo de que o investimento na criança e no adolescente é um imperativo moral, económico e social. Os instrumentos internacionais e nacionais adoptados assim como as metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis, focalizadas em não deixar ninguém para trás, oferecem uma visão promissora para as crianças, adolescentes e jovens, mas necessitam de vontade política para que as metas possam ser alcançadas. Exemplos como a criação de orçamento a favor das crianças e adolescentes é um grande passo para o efeito.

UNICEF aproveita esta ocasião para reiterar o seu engajamento no apoio ao País para a contínua parceria na promoção e implementação da Convenção dos Direitos da Criança, que deve ser cada vez mais acelerada e sustentável, empoderando os adolescentes e jovens para exercerem os seus direitos na tomada de decisões colectivas, através de debates construtivos sobre questões que os afectam, conforme os dois dias nesta Casa.

Caros jovens e adolescentes, nós acreditamos que este exercício irá munir-vos de conhecimento e experiência, na busca de melhores soluções para as inúmeras questões que vos afectam.

Neste espaço, poderão trocar experiências sobre a realidade de cada um dos vossos distritos, aprovar resoluções e criar planos de actuação e estratégias conjuntas para o vosso bem e de todos que representais enquanto infanto-deputados. Sejais verdadeiros promotores da mudança! Sejais verdadeiros advogados da causa! Defendais a vós próprios e aos vossos pares, os vossos colegas e sejais responsáveis e verdadeiros exemplos a seguir! Contais sempre connosco, UNICEF, pois iremos apoiar o Governo na implementação das recomendações emanadas desta plenária, que também nos servirão igualmente de orientação para as nossas futuras intervenções e colaborações.

Não temos ouro, não temos diamante, o petróleo ainda é uma promessa. No entanto, nós somos duas ilhas no meio do mar, divididas pela linha do Equador. Temos o mar, temos uma natureza fértil e temos a nossa maior riqueza, eu digo sempre, que é a nossa juventude. Vocês são a nossa maior riqueza.

Sendo assim, eu gostaria de desejar boa sorte aos infanto-deputados recém-empossados, um especial parabéns à Mesa, em especial ao Presidente eleito. Desejo boa sorte, muita responsabilidade e muito trabalho e, como dizem os nossos embaixadores da UNICEF, os CALEMA, *bomu kêlê*. Espero que entendam. Se não falam o crioulo, comecem a falar mais, é a nossa língua. Então, vamos todos acreditar!

Um bem-haja a todos!»

Obrigada.

O **Presidente** (Alex Boa Esperança): — Obrigado, Sra. Representante Adjunta da UNICEF, pela sua alocução.

Convido Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, para fazer uso da palavra.

O **Sr. Presidente da Assembleia Nacional** (Delfim Neves): — Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Caros Líderes Parlamentares, Presidente da 3.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, Caro Presidente e Deputado do Parlamento Infanto-Juvenil e os restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Distrital de Lembá, Sra. Representante Adjunta da UNICEF, Caras e Caros Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, Srs. Professores, Técnicos e todos os convidados cá presentes, gostaria, antes de mais, de endereçar a todos os meus respeitosos cumprimentos.

Permitam-me que vos enderece as nossas desculpas pelo percalço que se criou nos vossos trabalhos, nos últimos dois dias, fruto da democracia e de direito. Os membros do Parlamento Infanto-Juvenil, como deputados que são, compreenderão que a greve também é um direito constitucional. Infelizmente, coincidiu com o programa da sessão parlamentar do Parlamento Infanto-Juvenil. Alterou-se o programa, mas não se alterou as acções. Portanto, estamos cá hoje, todos orgulhosamente satisfeitos por assistir a uma cerimónia de investidura de novos deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, o qual nos dá gozo, enquanto membros do Parlamento da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, órgão representativo do povo do nosso belo País, parceiro natural e fiel do Parlamento Infanto-Juvenil.

Quero parabenizar a todos, desejar-vos boa sorte e pedir que sejam fiéis ao juramento que aqui fizeram. Costumo dizer que, mais do que as palavras, valem as acções e atitude. Pessoalmente, na qualidade de Presidente da Assembleia Nacional, vos aconselho a terem carácter, como jovens adolescentes, meninas e rapazes em crescimento e seguidores dos actuais Deputados da Assembleia Nacional.

O Parlamento Infanto-Juvenil, em São Tomé e Príncipe, tem sido um símbolo nacional, tem sido um exemplo a nível internacional, sobretudo na nossa Comunidade. Estou a referir-me à CPLP. Após a sua

institucionalização, investimento dos deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, em 2017, introduziu-se uma dinâmica muito agressiva, no bom sentido da palavra, em que todos os são-tomenses ficaram orgulhosos de verem os seus filhos e netos numa sessão parlamentar em que a atitude e as mensagens do debate havido, foi de um nível tão elevado, comparadamente com alguns parlamentos nacionais. Daí que, nos finais de 2019, houve uma traiçoeira doença, interceptou a velocidade da dinâmica parlamentar do Parlamento Nacional, e também do Parlamento Infanto-Juvenil. Mas temos que acreditar que nós é que temos que fazer com que o tempo passe, aproveitando o tempo. A Covid-19 é uma enfermidade, sim, mas nós temos que saber lidar com a Covid-19 e não parar no tempo. Daí que, espero, com os novos membros do Parlamento Infanto-Juvenil seja retomada a referida dinâmica e do lado do Parlamento são-tomense, que eu referia aqui como parceiro natural e fiel, tudo fará para a promoção e engrandecimento do Parlamento Infanto-Juvenil, não só a nível nacional, mas também além fronteira. Não posso terminar sem endereçar um agradecimento especial à UNICEF, enquanto instituição internacional que lida directamente com as causas das crianças, que tem sido um parceiro fiel à Assembleia Nacional, ao Parlamento Infanto-Juvenil. Por isso, temos cá nesta Casa Parlamentar um espaço que vos é atribuído, apetrechado com equipamentos e móveis adquiridos pela UNICEF e que não está sendo devidamente aproveitado, diga-se de passagem, por causa da Covid, mas também por falta de acções próprias internas para que a dinâmica do trabalho parlamentar a nível do Parlamento Infanto-Juvenil seja mais produtiva, para que vocês interajam mais, mesmo à distância, de modo a serem efectivamente os nossos seguidores.

Pessoalmente, nunca me esqueço das crianças, aliás, nem posso esquecer, porque tive a feliz sorte de nascer no mês das crianças. Portanto, também sou do mês de Junho e as pessoas do mês de Junho nunca se esquecem das crianças, porque Junho é o mês das crianças. Daí que eu estou pronto e disponível para colaborar com tudo que for necessário e que estiver ao meu alcance, em prol da defesa, em primeiro lugar, das crianças e desenvolvimento dessa mesma franja etária.

Muito obrigado a todos e bem-haja!

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, pelas suas palavras.

Em seguida, gostaria de, em meu nome pessoal e em nome dos meus colegas do Parlamento Infanto-Juvenil, agradecer a todos pela presença neste acto, e agradecer também a todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização do mesmo.

Assim, dou por suspensa a sessão.

Eram 12 horas e 22 minutos.

Boa tarde a todos. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 8 minutos.

Vamos passar ao próximo ponto da ordem do dia, que será o debate sobre o tema violência e abuso sexual de menores. Cada Grupo Distrital terá o seu tempo para as intervenções. E tendo em conta que o tempo não nos favorece, será no máximo 3 minutos para cada grupo.

Eu gostaria de informar que as inscrições dos deputados para o debate já estão abertas e peço à secretária para registar os nomes dos deputados interessados em usar da palavra.

Murmúrios.

Gostaria ainda de informar que era bom que os deputados, além de abordar sobre o tema, também dessem algumas sugestões de como podemos resolver essa problemática também no nosso país. Assim, os interessados podem inscrever-se.

Quem é o primeiro ou a primeira que gostaria de usar da palavra?

Tem a palavra o deputado Fidel da Costa.

O Deputado **Fidel da Costa** (Lobata): — Boa tarde a todos.

Sabemos que o tema que vai ser debatido aí é a violência e o abuso sexual de menores. Segundo a investigação que eu fiz sobre esse tema, pude constatar que a violência ou o abuso sexual de menores divide-se em duas partes: uma que vai ser o abuso sexual e a outra que vai ser a exploração sexual. O abuso sexual pude constatar que é quando um maior, neste caso, vai abusar das partes íntimas dos menores, ou seja, vai tocar mesmo, seduzir e conseguir fazer. E na exploração vai acontecer o mesmo, mas só que os menores vão facilitar isso, em troca de comida, roupa, entre outras coisas.

E eu, fazendo a minha análise própria, pude constatar que nem sempre...

Murmúrios.

Posso continuar? Sim, segundo a minha análise, pude constatar também que os pais contribuem de uma forma directa ou indirecta nesse processo. Vou dar um simples exemplo: um pai tem a sua filha em casa, ele permite que a mesma vista roupas indecentes e atravesse as ruas. Será que os olhos não vão ver? Não vão cobiçar? Depois da cobiça, vai querer tocar. Isso acontece várias vezes.

E outro ponto, por exemplo, um casal teve um filho e algo aconteceu que eles se separaram. A mãe está a exercer o papel de pai e mãe ao mesmo tempo. A mãe tem a sua filha de 13 anos. Ela levanta-se e vai exercer a sua actividade diária, por exemplo, vai para o mercado, onde é o seu ganha-pão. Depois de fazer os seus exercícios lá, ela vem um pouco cansada e nem tempo tem para conversar com a sua criança. E o quê que vai transmitir aí? Supomos aí que esta criança fica com uma vizinha ou em casa sozinha. O filho da vizinha, por exemplo, vai começar com umas conversas e a criança vai ser seduzida, sem notar, nem se vai aperceber que está a ser seduzida. A mãe nem vai ter tempo para falar com a filha: como foi a tua rotina hoje? Quais foram as conversas que tu tiveste hoje? Nem isso a mãe e o pai vão fazer.

Eu apelo às entidades competentes, São Tomé e Príncipe tem vários psicólogos, mas a maioria deles ficam mais onde? Nas suas casas, sentados. Mas o dever de um psicólogo é o quê? Sair. As entidades têm que conversar com eles, de modo que possam ir às escolas, para terem uma conversa íntima com as crianças, procurar entender o porquê, com que objectivo, com que fim chegou lá.

Eu acredito que São Tomé e Príncipe não tem uma lei que é direccionada à violência e abuso de criança.

Há lei ou há artigos?

Artigos apenas.

Eu peço que as entidades maiores lancem uma lei que vai em prol desse tema, ou seja, que vai aplicar castigos severos, como posso dizer, aos maníacos e psicopatas que praticam isso. Não só aos homens que fazem isso, mas também às mulheres que, por via da Internet, enviam nudes para as crianças...

O Presidente: — Caro Deputado Fidel, seja breve.

O Deputado Fidel da Costa (Lobata): — Sim.

Que o pai também tenha um pouco de atenção com a criança. Veja quais são as conversas que ela vai ter diariamente, o que ela vê diariamente, onde, quais são os *sítes* que as crianças entram, procure entrar na mente da criança, para saber o porquê.

Foi minimamente isso, obrigado pela atenção.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Tem a palavra o Deputado Riquelme Lopes, do Distrito de Lembá. E peço aos Deputados também que, quando tiverem a fazer a intervenção, possam se apresentar, para que os serviços possam anotar o nome e o distrito também.

O Deputado Riquelme Lopes (Lembá): — Bom dia a todos.

O meu nome é Riquelme Lopes e sou do Distrito de Lembá.

Como todos já sabem, a violência doméstica e o abuso sexual de menores é um facto que está a decorrer muito no nosso país. Como vocês vêem, as principais vítimas desses abusos são as crianças e adolescentes, de 10 a 18 anos. E isso acontece em todo canto de São Tomé e Príncipe, como em casa ou na escola.

Depois ouvem dizer que um jovem de 25 a 30 anos viola uma menina de 10, 13 ou 15 anos, ou o padrasto viola sua enteada e, mais, na escola, os professores violam as alunas.

O apelo que eu deixo a todos é que o Governo tome medidas com esses actores ou causadores desses actos.

Que os pais possam aconselhar as suas filhas em casa e conversar com elas sobre os seus problemas. Obrigado.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Tem a palavra a Deputada Raquiel dos Ramos, da Região Autónoma do Príncipe.

A Deputada **Raquiel dos Ramos** (Região Autónoma do Príncipe): — Sr. Ministro do Desporto, Juventude e Empreendedorismo, Sr. Presidente da 3.^a Comissão Especializada Permanente e os seus Membros, Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil e Secretários, Caras Deputadas e Caros Deputados e a todos cá presentes, bom dia.

Chamo-me Raquiel dos Ramos, tenho 16 anos, venho da Região Autónoma do Príncipe. Venho cá trazer algumas palavras e recomendações.

As crianças têm direito a uma especial protecção para o desenvolvimento físico, mental e social. Infelizmente, no nosso país já temos muitos casos de abuso sexual e violação de crianças.

E também agradeço pela acção do Governo junto a essas crianças desfavorecidas, visto que é nesse grupo que tem havido muitos casos de abuso e violência de menores. Contudo, o Governo deveria fazer muito mais. Por quê digo muito mais? Porque o Governo deve estar presente em todos os pontos do País, de Caué à Região Autónoma do Príncipe, para perceber o que se passa nos diferentes distritos e na Região Autónoma.

Nestes últimos tempos, o caso de abuso e violência está aumentado cada vez mais, e a Região Autónoma do Príncipe não foge à regra.

Também gostaria de deixar algumas recomendações.

Na nossa Região, precisamos de pelo menos um juiz residente. As entidades competentes devem actuar o mais depressa possível para evitar o pior. Se já há leis, aplique-as com rigor, para que nós, as crianças, adolescentes e jovens de São Tomé e Príncipe tenhamos o direito de viver numa sociedade digna.

Também se os nossos pais ou encarregados de educação esconderem esses abusos da Justiça, eles também devem ser punidos de acordo com a lei.

Onde está a Justiça? Onde estão as leis? Onde estão os juízes?

Diga não ao abuso sexual de menores!

Toda criança deve crescer em um ambiente de amor, segurança e compreensão!

Aplausos gerais.

Também gostaria de agradecer a Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior.
Obrigada.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Tem a palavra o Deputado Daniel Neves, do Distrito de Água Grande.

O Deputado **Daniel Neves** (Escola Portuguesa): — Excelentíssimos Srs. Ministros, Srs. Deputados, Deputadas e Deputados Infante-Juvenil, a todos boa tarde.

Antes de mais, os meus respeitosos cumprimentos, bem como a mais sincera gratidão pela nossa honrosa apresentação nesta Assembleia.

O que é abuso sexual? O que é violência? A violência é um abuso físico ou psicológico duma pessoa.

A violência de menores pode ser manifestada de diferentes formas. A violência física pode constar no uso de força ou até em golpes. E a violência psicológica pode ser uma opressão psicológica, como ameaças ou intimidações.

O abuso sexual de menores ocorre quando um adulto usa uma criança ou adolescente, para estimulação sexual de si próprio ou outros objectivos. Geralmente é cometido por pessoas mais próximas: avós, pais, irmãos e até padrastos.

A violência e abuso sexual de menores apresentam contornos bastante preocupantes, pelo que se torna imperativo reflectir profundamente sobre o assunto, encontrar formas de travar ou mesmo diminuir, se não conseguirmos travar.

Normalmente o agressor ocupa uma posição de poder em relação à vítima e usa esse poder com intimidação, através da chantagem emocional ou ameaça. Por isso, muitas vezes as vítimas, ainda ressentidas, têm medo de denunciar os tais abusos sexuais ou mesmo a violência.

As causas. Uma das causas é a falta de educação sexual nas escolas. A educação sexual não é só ensinar certas coisas. Também ensina-se como a criança deve comportar nesses actos.

Mau relacionamento em casa. Há pais que nem falam com os seus filhos em casa, e eu acho isso muito grave. Os pais devem ter melhor comunicação, porque isso é essencial em casa.

Os problemas psicológicos. Isso também pode tornar um problema psicológico.

Consequências. Apesar de haver várias queixas sobre os casos de abuso sexual de menores, não tem havido muitos julgamentos e menos ainda são as condenações. Isso tem estado a decorrer. Há certas pessoas que se dão por essa causa, mas o Governo não ajuda.

Esta situação alarmante faz com que prevaleça uma sensação de impunidade entre prevaricadores, fazendo com que esses se sintam à vontade para voltar a praticar o acto. Quer dizer que, ao não ajudarem, ainda deixam o abusador praticar o acto, fazendo vítimas.

Muitos casos não são reportados por esses motivos e outros, como o medo e a vergonha, porque isso também pode ser muito importante.

Enquadramento legal. Na Carta Universal dos Direitos Humanos, existe uma norma específica que defende os direitos das crianças e que também aborda sobre o abuso sexual de menores, referindo-se às suas punições.

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2003, consagra, no artigo 23.º, o direito a integridade moral e física, tanto para o homem como para a mulher.

Eu também acho extremamente necessário e urgente realizar uma mudança de mentalidade do nosso país, e é uma das causas que deve ser abordada, não só para os Deputados como também o povo.

Muitos agressores saem impunes ou com penas muito leves, e isso não desencoraja o predador sexual de cometer os tais crimes.

Em São Tomé e Príncipe, quem comete esses crimes recebe uma pena de 2 a 8 anos, que não é suficiente para tão bárbaro crime. O Código Penal refere, no ponto 2 do artigo 175.º, «Quem praticar ou levar a praticar o acto sexual, cópula, coito anal ou coito oral com menor de 14 anos é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.»

O **Presidente**: — Peço ao Deputado que seja mais breve, por favor.

O Deputado **Daniel Neves** (Escola Portuguesa): — Ok. Uma das medidas é alteração da definição do crime semipúblico, para crime público.

Não soltar o agressor, abusador de menores, sem levar a ocorrência até ao Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

Punir o crime de abuso sexual de menores com a pena máxima de 25 anos de prisão.

Dar formação aos educadores, professores, sobre o acompanhamento das vítimas e sobre a identificação de sinais de alerta, como alteração física e psicológica.

Capacitar os profissionais da Justiça e da Saúde.

Criar condições para que os abusadores sejam julgados e as vítimas sejam auxiliadas.

Criar espaços de proximidade e acompanhamento na escola, para jovens que sofreram abuso sexual, oferecendo psicologia.

O Governo deve proteger as vítimas e prestar auxílio na saúde e na educação.

Assistência médica em caso de violência ou abuso deve ser gratuito.

Muito obrigado por me ouvirem e um bom dia.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Patrícia Moreira, do Distrito de Mé-Zóchi, para fazer uso da palavra.

A Deputada **Patrícia Moreira** (Mé-Zóchi): — Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Excelentíssimos presentes, Caras Deputadas e Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, muito boa tarde.

Bem, estamos todos aqui para discutir sobre o abuso sexual de menores e a violência.

Nós as crianças, em São Tomé e Príncipe, estamos cansadas, mesmo cansadas de sermos maltratadas, de sermos exploradas e violentadas pelos mais velhos.

Todos sabemos que o abuso sexual de menores tem estado a aumentar muito nesses últimos tempos, principalmente desde o confinamento, consequência da Covid-19.

Estamos todos aqui para decretar os nossos direitos. Sabemos sim que temos direitos e temos deveres, sim. Nós estamos a tentar exercer os nossos direitos, porque não estamos a ser protegidos. Nós andamos na sociedade hoje em dia com medo. Ouvimos, muitas vezes na Rádio, notícias de mulheres que foram maltratadas, de crianças que foram violentadas. Onde vamos parar com isso? Nós somos sim o futuro do nosso país. Mas se querem que sejamos o futuro do nosso país, temos que ser protegidos, temos que estar aqui presentes, estar felizes, estar em segurança, sabendo que estamos protegidos. Se não nos protegerem, o que vai ser do nosso país? O nosso país agora até dá medo. Comparando com os anos anteriores, dá medo de ver o nosso país. As notícias que ouvimos metem medo.

Uma criança agora, para sair de casa, tem que estar acompanhada dos pais. Ela já não pode brincar, porquê? Porque tem medo de ser violentada. Agora já não podemos estar na rua socialmente, não podemos falar com alguém, porquê? Onde vai parar o nosso país?

Nós temos que mudar isso, temos de estar seguros. Somos crianças, queremos a vossa protecção.

Isso é tudo que tenho a dizer.

Obrigada.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Inilde Filipe, do Distrito de Cantagalo.

A Deputada **Inilde Filipe** (Cantagalo): — Excelentíssima Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Excelentíssimo Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Excelentíssimos Srs. Deputados da 3.ª Comissão Especializada Permanente, Excelentíssimos Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, boa tarde a todos.

A violência doméstica e abuso sexual de menores, nos últimos tempos, os casos têm aumentado muito. A que se deve esse aumento de casos? Se formos analisar em pormenor, veremos que esse problema não

é tão simples como achávamos, pois está interligado com outros vários problemas que assolam o nosso país, tais como: família desestruturada, uso excessivo de bebidas alcoólicas, droga, entre outros.

Primeiro, os pais devem educar os seus filhos com base em princípios e valores. É claro que um pai tem que dizer à sua filha que não pode pedir boleia às pessoas estranhas, não pode abrir a porta a pessoas estranhas. Muitas das vezes os filhos são educados pela TV, pelos amigos. Os pais também devem mostrar que amam os seus filhos e serem o colo protector, proteger os seus filhos.

Os dirigentes do nosso país não cumprem com a lei. Em vez de cumprirem, descumprem.

Cadê a nossa sociedade? Mas cadê a nossa sociedade de valores? Como diz um dos versículos bíblicos: «Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.»

Havemos de dizer, basta! Basta a violência e abuso sexual de menores!

Se não nos ajuntarmos para acabar com a violência doméstica e o abuso sexual de menores, é o nosso país que retrocederá.

Deixemos as nossas crianças serem crianças, crescer e atingir a idade em que possam ter comportamentos de pessoas adultas.

Aqui tenho algumas sugestões para erradicar este flagelo na nossa sociedade:

Que os dirigentes sejam fervorosos no cumprimento das leis.

Que os pais devem dar uma boa educação aos seus filhos, na base de valores e princípios.

Que a sociedade denuncie os casos.

Vamos dizer basta! Já estamos cansados disso!

Um bem-haja a todos!

Aplausos gerais.

O Presidente: — Tem a palavra o Deputado Carlos Alberto, do Distrito de Água Grande.

O Deputado **Carlos Alberto** (Água Grande): — Boa tarde a todos, chamo-me Carlos Alberto de Ceita, aluno do 12.º ano do Liceu Nacional, delegado de turma da mesma escola, vice-delegado de todos os delegados e secretário de Clube Olímpico da mesma escola.

Desejo bom dia a todos presentes nesta Sala, a Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo e as Deputadas e Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil.

Primeiramente, a sociedade é um conjunto de pessoas com características, comportamentos, hábitos e crenças diferentes. Encontramos nesta mesma sociedade ordens estaduais juridicamente competentes para disciplinar o padrão e o comportamento existente nessa mesma sociedade.

Encontramos agora, vivemos em São Tomé e Príncipe, um mal que se chama a violência e o abuso sexual de menores.

Diz o artigo 19.º da Convenção de Direitos da Crianças, *«O Estado deve tomar medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas contra todas as formas de violência física ou mental, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, assegurando o apoio à criança na prevenção, identificação, elaboração do relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus-tratos, infligidos contra as crianças.»*

O artigo 52.º da nossa Constituição da República tem por base a nossa lei mãe, porque é a lei que rege a nossa sociedade. Onde é que estão os dirigentes, de acordo com a Constituição da República? O artigo 52.º diz, *«Todas as crianças têm direito ao respeito e protecção da sociedade e do Estado com vista ao seu desenvolvimento integral.»* Quando se fala de desenvolvimento integral de uma criança, está-se a falar da sua socialização primária, da sua socialização secundária.

Onde é que está a sociedade para o aprimoramento dos valores das crianças? Onde é que estão os nossos dirigentes?

Sociologicamente falando, na nossa sociedade, encontramos-nos num tempo que eu designo de era do normalíssimo, onde se normaliza o anormal. Onde as crianças são muitas das vezes violadas, são incentivadas pelos pais, encarregados de educação e muitos adultos a vestirem roupas totalmente extravagantes. E muitas das vezes os que desconsideram isso são chamados de retrógrados e antiquados.

Numa sociedade de normalíssimo, era de normalíssimo, onde quando os delitos muitas das vezes são cometidos por órgãos do Estado, a tendência é abafar o caso ou oferecer um suborno à família da vítima.

Onde é que estamos?

E quando se fala da protecção da criança, quanto ao Estado, vemos que casos de abusos sexuais aumentam diariamente no nosso país.

Nas minhas pesquisas, eu fui ao Ministério Público fazer o levantamento dos dados de abusos sexuais que deram entrada no Ministério Público, desde o mês de Janeiro até o mês de Junho, constatei que temos 20 casos de crianças e 19 casos de adolescentes. É muito para a nossa sociedade.

Eu peço, em nome da lei, dirigentes, órgãos estaduais competentes, que foram eleitos para trabalharem para a nossa sociedade, façam alguma coisa por favor!

Casos de abuso sexual aumentam diariamente no nosso país. Temos menores de 18 anos que são violadas, outras engravidam. Existe alguma instituição que cuida delas no âmbito físico, no âmbito mental, no âmbito social, até elas terem um parto seguro? Existe alguma remuneração, dar dinheiro, porque o violador, muitas das vezes, é julgado. Certo. E como é que fica a situação da vítima? Porque a situação que se põe é defender a vítima. A lei serve para todos, sem excepção. Por quê que muitas das vezes a tendência é abafar ou subalternizar a mente as pessoas, quando se fala do delito cometido por órgãos do Estado? Será que existe uma instituição que tem um programa televisivo relacionado a debate juvenil, com coisas que acontecem connosco, nós jovens?

Não pode haver nem demora, nem formalismo, nem muita burocracia na resolução de problemas, relativamente ao abuso sexual menores.

Eu tenho uma coisa a dizer. Uma vez o Sr. Albert Einstein, o homem que inventou a teoria da relatividade, afirmou: «*Loucura é continuar fazendo sempre as mesmas coisas e esperar por resultados diferentes.*» Há campanhas de sensibilização, palestras, diálogos cheios de retórica e homilética da parte de muitos. E onde é que está a prática de tudo isso? É a pergunta que eu faço. Caso essa sociedade continue neste ritmo de desordem, chegará o tempo em que nem mesmo o Estado há-de conseguir moderar essa sociedade.

É tudo que eu tenho a dizer, porque eu lamento o estado dessa mesma sociedade.

Obrigado.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Tem a palavra a Deputada Enilse dos Ramos, do Distrito de Lobata.

A Deputada **Enilse dos Ramos** (Lobata): — Excelentíssima Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, Excelentíssimo Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, Excelentíssimas Deputadas e Deputados do Parlamento Infanto-Juvenil, Excelentíssimo Sr. Membro da 3.^a Comissão, Excelentíssima Sra. Representante da UNICEF, Caras Convidadas e Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa tarde.

Permitam-me apresentar-me. Sou Enilse Chantre Gonçalves Ramos, tenho 16 anos, sou estudante do 11.º ano, Curso de Ciências e Tecnologia na Escola Secundária Sebastião dos Anjos do Rosário, Sum Mé-Xinhô.

Com muita dedicação, fui eleita Deputada para o Parlamento Infanto-Juvenil, para representar a minha escola. Desde já, agradeço o corpo directivo e a todos que votaram e confiaram em mim.

Trouxe para esta augusta Assembleia dois temas pertinentes: a violência e abuso sexual de menores. No entanto, a violência é dos temas mais discutidos no nosso país. A violência implica integridade física ou moral da vítima.

Em São Tomé e Príncipe, acontece sempre casos de violência. No Distrito de Lobata há sempre denúncias de violência, visto que não implica somente as mulheres, mas também as crianças, os idosos e alguns dos menores, casos de violência contra os homens. Por conseguinte, o Distrito de Lobata, no nosso país, está em ruína. Vemos mulheres sendo agredidas pelos seus parceiros, por ex-inconformados, crianças maltratadas, abusadas sexualmente, idosos abandonados e homens agredidos, enfim.

Não obstante tudo isso, o abuso sexual de menores é um dos crimes mais severos no nosso país. Abuso sexual de menores envolve as crianças, as adolescentes, tanto as do género feminino como masculino.

Em São Tomé e Príncipe, há denúncias de abuso sexual de menores quase sempre, fazendo com que o número de casos aumente no nosso país.

As crianças, as adolescentes, são abusadas muitas das vezes pelos tios, amigos, padrastos, até mesmo pelos próprios pais.

Uma criança ou uma adolescente abusada sexualmente sofrem traumas psicologicamente. Uma criança abusada sexualmente lembrará pelo resto da sua vida do seu passado e muitas delas sofrem de depressão. Porém, o número de caso de violência e abuso sexual de menores está aumentando no nosso país, porque a justiça não está sendo imparcial com esses delinquentes. A Justiça são-tomense precisa de uma reforma no seu sistema de funcionamento, isto é, a justiça deve ter reciprocidade, ou seja, se cometeu o crime tem que ser punido e sofrer as consequências.

Por isso, vamos denunciar! Mesmo que não tenha nada a ver connosco, vamos denunciar, para que os abusadores possam ser punidos severamente pelo crime e que a justiça seja feita, para que as crianças e adolescentes cresçam felizes e possam ter um futuro brilhante.

A criança é a flor do nosso país, é a esperança do amanhã.

Vamos sonhar por um São Tomé e Príncipe sem violência, sem abuso sexual de menores.

Deus quer, o homem pode! Pois, como se diz na gíria, o homem sonha e a obra nasce.

Aplausos gerais.

O Presidente: — Tem a palavra o Deputado Anderson Carvalho.

O Deputado **Anderson Carvalho** (Mé-Zóchi): — Boa tarde a todos.

Vim abordar sobre a violência sexual de menores, algo que tem vindo a aumentar. Alguém que pára e ouve as notícias, a violência sexual está a aumentar no nosso país, algo que não pode acontecer.

Em 2019, registaram-se 119 casos, em 2020, 200 casos, fora disso, as crianças que mantiveram em sigilo, caladas para não sofrerem preconceitos.

De acordo com os dados da Polícia Judiciária, registou-se uma taxa de crescimento de 70% da violência sexual no nosso país. O que é isto no nosso país?

Também tem medidas de prevenção, minha gente. Os encarregados de educação não têm um laço de confiança com os seus filhos. Os mesmos têm medo de se dirigir aos pais e dizer que foram violadas ou violados.

A violência sexual é a violação dos direitos sexuais de uma criança, no sentido de explorar a sexualidade e o corpo da criança, não só isso. Na lei, estão previstos como violência sexual o toque, a carícia, a exposição de crianças à prática de masturbação. O que é isso de expor uma criança à prática de masturbação e ao aliciamento? Alguém que já está corrompido com isso anda a expor uma criança ao aliciamento, fora a penetração em si, que é um dos casos mais abordados.

Proponho a todos os Deputados de Mé-Zóchi que criemos um centro de acolhimento para as crianças que sofreram de abuso sexual. O abuso sexual é uma atitude, não é uma simples atitude, mas pode marcar para sempre a vida de uma criança. Irá causar trauma, medo, insegurança na sociedade. Isso pode marcar para sempre, trazer doenças. Queremos um São Tomé e Príncipe melhor! Como os abusadores podem atentar contra o futuro do País, sendo o futuro do País as crianças, que são a nova geração, que irão mudar São Tomé e Príncipe?

Agradeço a vossa atenção e digo aos abusadores que, se fossem seus filhos, ninguém faria isso.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Tem a palavra o Deputado Eclison Garrido.

O Deputado **Eclison Garrido** (Fundação da Criança e Juventude): — Bom dia a todos. Chamo-me Eclison Margarido Garrido, represento a FONG, vivo em Água Arroz, tenho 14 anos e frequento a 8.^a classe.

O nosso país tem estado, nesses últimos momentos, a ter muitos casos de violência doméstica e abuso sexual de menores. Isto, na minha forma de ver as coisas, virou algo supostamente normal.

Acompanhamos a Rádio Nacional e a TVS, vemos que este tipo de acto vai-se aumentando cada vez mais, vai-se tornando pior e temos que parar com isso. É pai violando a sua filha, motoqueiro violando passageiros, padrasto envolvendo-se com a enteada, casos de abuso sexual de menores. Isso irá parar aonde?

Sabemos que esse tipo de flagelo vem dos nossos antepassados, pois que havia um provérbio que dizia que se devia educar as crianças com açoites. E as crianças não têm como para isso.

As minhas humildes questões são: o que podemos fazer para evitar esse flagelo? O que fazer para aquelas crianças que têm medo de denunciar? As pessoas estão bem informadas sobre onde ir, caso aconteça com elas, sobretudo as crianças? Qual é o apoio que as instituições dão para aquelas crianças que têm medo de denunciar?

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Tem a palavra a Deputada Wilcinia Vila Nova.

A Deputada **Wilcinia Vila Nova** (Associação dos Surdos): — Boa tarde. Ela chama-se Wilcinia Vila Nova, vem da Associação dos Surdos de Bombom, não houve, nem fala. Vai ler uma pequena interpretação.

Nenhuma criança ou jovem pode ser abusada física ou sexualmente, mas as meninas cegas, surdas, aleijadas são mais fáceis de serem abusadas sexualmente.

As crianças surdas sofrem mais violência, porque é mais difícil de denunciar.

Aplausos gerais.

O **Presidente**: — Muito obrigado a todos os deputados que aqui intervieram e expuseram suas opiniões sobre essa problemática que é a violência e o abuso sexual de menor.

Queria também fazer um apelo, primeiramente, aos deputados infanto-juvenis, que tornem o parlamento mais dinâmico, à semelhança do deputado Carlos Alberto, do Distrito de Água Grande. Que não fiquemos só nas cadeiras assentados. Façam trabalhos nos papéis e venham falar, porque estão a falar do abuso sexual de menores.

À semelhança do deputado Carlos Alberto, quero que os deputados também possam investigar nas instituições, tentar saber o máximo sobre essa problemática e depois vir aqui para discutir e dar ideias que possam realmente ajudar a acabar com isso.

Também quero fazer um apelo aos dirigentes do País, aos Srs. Deputados cá presentes, que todas as recomendações feitas cá sejam colocadas em prática, porque estamos cansados de todo esse aumento de número de casos de abuso sexual de menores no nosso país.

Aplausos gerais.

A seguir vai-se proceder à elaboração do documento final com as recomendações saídas deste debate. Enquanto o documento é elaborado, o trabalho será suspenso.

Caras deputadas e caros deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 13 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 31 minutos.

Após o debate sobre o tema «Violência e Abuso Sexual de Menores», foi possível elaborar um documento final com as recomendações saídas deste debate.

Assim, peço à Secretária da Mesa para proceder à leitura do documento.

A Secretária **Janilze Trigueiros** (Mé-Zóchi): — Passo a ler as recomendações: «Assembleia Nacional, Parlamento Infanto-Juvenil. Recomendações.

Após as discussões exaustivas dos trabalhos agendados para esta sessão plenária, sobre o tema «Violência e Abuso Sexual de Menores», o Parlamento Infanto-Juvenil recomenda o seguinte:

1. Continuar a advogar para o reforço da implementação efectiva dos direitos das crianças, principalmente no que concerne ao combate ao trabalho infantil, gravidez precoce, consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas, abandono escolar, violência e abuso sexual de menores.

2. Criar uma lei específica sobre o abuso sexual de menores.

3. Apelar às entidades competentes para que haja presença de psicólogos nas escolas, no sentido de acompanhar às vítimas.

4. Sensibilizar os pais e encarregados de educação a conversarem com os seus filhos e educandos, com base nos princípios e valores, com vista a preveni-los contra os abusadores.

5. Criar um centro de acolhimento e apoio às vítimas de violência e abuso sexual em todos os distritos e a Região Autónoma do Príncipe.

6. Criar meios para que haja um juiz residente na Região Autónoma do Príncipe.

7. Promover a reforma da Justiça para que haja uma aplicação rigorosa da lei.

8. Capacitar os profissionais da Justiça, Saúde e educadores, para melhor atendimento dos casos de violência e abuso sexual de menores.

9. Criar mecanismos que incentivem as vítimas na denúncia dos casos.

10. Realizar palestras e campanhas de sensibilização sobre violência e abuso sexual de menores.

11. Desenvolver programas televisivos e radiofónicos de carácter juvenil.

12. Ao contrário dos anos anteriores, esperamos que o trabalho do Parlamento Infanto-Juvenil seja mais dinâmico ao longo do ano 2021, até ao término da Legislatura (mandato) em Julho de 2023.

Feito em São Tomé, dia 25 de Junho de 2021.

O Presidente do Parlamento Infanto-Juvenil, *Alex da Boa Esperança*.

A Secretária, *Janilze da Silva Trigueiros*.»

O **Presidente**: — Esperemos que estas recomendações sejam tomadas em conta pelos diferentes órgãos de soberania e demais instituições, a fim de contribuírem para o bem-estar das crianças e jovens de São Tomé e Príncipe.

Quero agradecer de coração a todos pela presença e que tenham um bom regresso às suas residências. Bem-haja a todos e declaro encerrada a sessão!

Eram 15 horas e 40 minutos.